

## SERTÃO: É DENTRO DA GENTE

*Neusa Francisca do Nascimento*<sup>1</sup>

*“Sou uma história entre tantas outras na cotidianidade do sertão norte mineiro!”*

Dizem que o ano de 1968 entrou para a história com uma série de revoltas e levantes em escala global. E que, este, é conhecido como "O ano que não terminou"<sup>2</sup>, e entrou para a história como um ano extremamente movimentado e cheio de acontecimentos importantes, como o assassinato de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a Guerra do Vietnã além de inúmeras manifestações, sobretudo estudantis, contra a Guerra do Vietnã e contra os regimes autoritários vigentes em diversos países do mundo, sobretudo na América Latina. No Brasil, o ano foi marcado pela instituição do AI-5 pelo então Presidente Costa e Silva<sup>3</sup>, o mais arbitrário dos decretos dos militares, deu poderes quase absolutos ao governo, dissolvendo a liberdade de expressão e os direitos políticos no país. No dia 26 de junho de 1968, houve a Marcha dos Cem Mil, contra o regime militar. O Brasil vivia um contexto de endurecimento da ditadura militar, instalada em 1964 que durou até 1985. Na Igreja Católica, 1968, foi o ano da acolhida do Concílio Vaticano II na América Latina, com a Conferência de Medellín.

Cheguei para “comprom o mundo” no dia 06 de junho de 1968. Ganhei o nome Neusa Francisca do Nascimento. O

nome deveria iniciar com “N”, pois, o santo do dia era São Norberto. Não poderia perder a raiz do nome, tiraria a sorte da criança, diziam meus pais, pouco preocupados com estes acontecimentos do “ano que não terminou”. Ouvindo o rádio, pouco entendiam daquilo tudo. Na peleja do chão seco do nosso lugar, importava-lhes a chegada da segunda filha, “a menina mulher” bem-vinda!

Assim que as parteiras, Mãe Ana e Mãe Tonha, pegaram a criaturinha e disseram: “é menina muié”, meu pai soltou os foguetes para avisar à vizinhança do nascimento e para dizer que era “muié”. É que, para menino, a quantidade de foguete era ímpar e, para menina, era par. Naquele lugar, naquele momento, interessava preparar para a fogueira de São João, para os festejos do Santo, a festa máxima do ano. Nas rezas se imploravam pelas chuvas, “que nos dê chuva na terra, para sempre amém, Jesus”. Chuva era tudo que interessava. Ali, o “ano que não terminava” era aquele não chovia. Sem chuva as plantas morriam, a roça não produzia, os animais não sobreviviam, a escassez de alimento, a poeira e o calor nos adoeciam, não havia alegria para as festas de São Gonçalo, Santos Reis, Nossa Senhora do Carmo, Santa

<sup>1</sup> Mestranda em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, Brasil.

<sup>2</sup> Uma referência ao livro, 1968: o Ano Que não Terminou, de um escritor e jornalista brasileiro, chamado Zuenir Ventura, publicado em 1989.

<sup>3</sup> Fonte consultada: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/1968\\_na\\_política](https://pt.wikipedia.org/wiki/1968_na_política)>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

Ana, Bom Jesus, São João... O pedaço de lugar d'agente parecia não pertencer ao mundo daqueles do “ano que não terminou”. O Estado? Ah! Só pelo rádio, na voz do Brasil!

Nasci no município de Januária, norte de Minas Gerais, comunidade rural de Alegre - comunidade hoje reconhecida como quilombola, pela Fundação Cultural Palmares, também chamada de Alegre de Riacho da Cruz, em referência ao seu distrito, por haver outra de mesmo nome naquele município. A criatura que aqui fala, é filha de Adélia Ferreira do Nascimento - na verdade, Adélia Ferreira dos Santos, pois a cultura machista patriarcal lhe retirou o “Santos” herdado do seu pai e lhe deu o “Nascimento” do esposo, ao casar-se. Meu pai é Joaquim Francisco do Nascimento. Sou a 2ª filha de 08 irmãos, entre os quais, uma adotiva, coisa de irmandade entre famílias labutadoras do sertão mineiro.

Meu avô paterno, Manoel Francisco do Nascimento, o Nhonhô Maneli, tem origem nos catrumanos dos gerais - chamávamos assim, aquele povo branco, de sotaque próprio, acanhando, arisco que costumavam se esconder, ao avistar a chegada de pessoas de fora, principalmente as mulheres e as crianças. Moravam lá nos pés dos morros, distantes. Ao conversar, dificilmente olhava no rosto do outro com quem falava. Meu avô foi um dos muitos que migraram dos Gerais em busca de terras melhores, saindo das veredas, beira de córregos, morros e matas, muitas vezes, terras boas, mas careciam de recursos para trabalhá-las e não lhes pertenciam, era longe de tudo, diziam, referindo, sobretudo, à escola, hospital. Meu avô paterno casou-se com minha vó, Cândia

Maria do Nascimento, de visíveis traços indígenas. Na minha infância, sempre ouvi a história das suas matriarcas “pegas no laço no meio do mato”. Ela detestava ouvir esta parte de sua história. Suas raízes, acredito que esteja no povo indígena Xacriabá, pois contava que era da região do Janelão, arredores do Peruaçu, território Xacriabá.

A família do meu pai, conta ele, perambulou bastante pela região. Morou no Morro Doce, Morro Vermelho, Jenipapo, no Guarda Mó, entre outros, até chegar no Alegre, quando ele era adolescente. Venderam tudo que tinham e compraram um pedaço de terra, sem documentação, sem cerca que a delimitasse e sem nenhuma benfeitoria. Moraram por um tempo, sob um pé de juazeiro, até que construíram uma casinha de pau a pique. Desprovidos das condições de produzir, desistiram da terra. Migraram para São Paulo. Ficando somente o velho Joaquim, meu pai, que ali resiste até hoje, aos 80 anos. Esteve em São Paulo diversas vezes, em épocas que a roça não dava nada, ia trabalhar para nos manter. Minha mãe cuidava da meninada, das criações e da terra. Meu pai sempre retornava a tempo de plantar a roça com a chegada das chuvas.

Minha vó materna, Maria do Carmo Ferreira, vó do Carmo, era devota de Nossa Senhora do Carmo, com festejos de 10 dias, no mês de julho. A família biológica dela, sempre me foi algo meio apagado. Ela ficou órfã quando criança. Os irmãos foram dados para famílias diferentes e ela, com 02 de seus irmãos, foi criada, por um casal de fazendeiros, “donos” de quase todas as terras do distrito de Riacho da Cruz. Ela contava o quanto trabalhava, labutava com o leite e só comia

um “taquim” de requeijão quando o escondia dentro do copo de café. Sempre que a fazendeira, virava as costas, ela enfiava o dedo dentro do café e puxava o pedaço de requeijão. Ao vê-la mastigando, a fazendeira a questionava e ela inventava uma história. Vó do Carmo era amável. Nunca expressou revolta com as condições de sua história. Contava tudo em forma de comédia. Foi mãe de 12 filhos, casada com meu avô, Juscelino Ferreira dos Santos. Ou, simplesmente, Ioiô Sula, filho do velho João do Pitanga, ou, Ioiô do Pitanga, como o conheci. Conforme ouço da minha mãe, Ioiô do Pitanga era filho de baianos que migraram para o Norte de Minas e fixaram-se naquele lugar chamado Pitanga, proximidade dos morros do Peruaçu, entre Januária e Itacarambi. O velho João casou-se com iaiá Etelvina, ou a finada Iaiá, como minha mãe ainda a chama. Dizem que ela era dos Gerais. Faleceu e Ioiô João casou, novamente, aos 75 anos, com outra catrumana dos Gerais, de 30 anos de idade. Ele teve 03 filhos em cada casamento.

Eu e meus irmãos amávamos esta relação com os Gerais, pois de lá vinham o pequi com abundância, o buriti e outras frutas, pois a nossa terra é de Caatinga, ficamos isentos destas delícias perto de nós. Mas, tínhamos saputá, cruiri, macambira, cagaita, pinha da vargem e pinha de quintal, juá mirin, xixá, caju, manga, jatobá, goiaba etc. Tudo no mato para quem quisesse pegar. A maioria delas ficava no meio da solta, parte da terra que todo mundo sabia de quem era, mas os animais pastavam livres sem cerca e os meninos, também, brincando, tomando banho nas lagoas, em tempo de chuva e comendo o que ali encontravam. Tudo isto foi acabando a

partir dos anos 1980 de maiores Criadores e os projetos de reflorestamento de eucalipto, apresentando o “progresso” que incluía desmatamento e agrotóxicos. As frutas desapareceram com o veneno “a lavantê”, como diz minha mãe. Surge um novo modelo de produção no nosso lugar, fazendo crer que a terra ali não produzia porque não tinha tecnologia, e que o Roundup chegara para dar adeus ao sofrimento da enxada. Este desenvolvimento que chega no Norte de Minas, ali, não deu tão certo, ao meu ver. Quase não tem árvores e frutos nativos e há poucas roças. Agora, entre as famílias do meu lugar, poucas investem na plantação de roças. Mesmo usando ás técnicas da modernidade, colhem pouco ou nada. A fauna de nossa Caatinga? Poucos falam do veado, do frango e da galinha d’agua, da curicaca, do jacaré, do preá, do coelho, do teiú, do tatu, do gato do mato, da onça e da passarada abundante.

Aquele nosso pedaço de sertão está bem diferente. Desde a enchente de 1979, no rio São Francisco, os moradores da beira do rio migraram para as terras altas. Fazendeiros apossaram das beiradas de rio. As famílias se multiplicaram. Partes das terras altas foram loteadas. O quilombo cresce, tendo como sustentação econômica importante, os benefícios do governo e do INSS.

Foi naquele lugar que meus pais sustentaram nossa família e, ali, continuam se sustendo. Os filhos, quase todos migraram. Nossa família migrou para São Paulo em 1976, ano de dolorosa estiagem. Sobrevivemos lá por um ano e retornamos, a filharada, um a mais, nascido por lá. Meus pais juraram nunca mais sair de nosso lugar, com a tralha toda.

Nunca mais, diziam eles. No entanto, eles não foram, mas, os filhos, sim, mal completavam 18 anos e concluíam o 1º ou 2º grau, rumavam para São Paulo e Sul de Minas. Agora, estão fazendo o caminho de volta para orgulho de nosso país.

O torrão norte mineiro, meu chão, inspirou-me os passos iniciais de engajamento popular, por dentro da Igreja Católica, do catolicismo popular. A partir de 1973, fiquei marcada pelas Campanhas da Fraternidade. 1973. O tema era Fraternidade e Libertação, lema: O egoísmo escraviza, o amor liberta. Em 1974, o lema perguntava: Onde está o teu irmão? Em 1979, o tema era “Por um mundo mais humano, lema: Preserve o que é de todos. A questão ambiental, ali, já me interpelou. O hino dizia: “o azul, o verde, as ondas, vão ter outra sorte, se meu coração se converter e amar”. “Tudo está interligado nesta Casa Comum”. É a Ecologia Integral, da Encíclica Laudato SI, do Papa Francisco, hoje. Em 1980, era, Fraternidade no mundo das migrações, exigência da Eucaristia, lema: Para onde vais? A partir dos anos de 1980, foi crescente meu envolvimento com meu povo. A Igreja era o nosso espaço de encontro, de celebração, de formação, de festa, de lazer, de mobilização para angariar recurso, para ajudar alguém, e para cuidar dos espaços e coisas da própria Igreja, que era um espaço nosso, coletivo. Até a década de 1990, a escola da comunidade funcionava dentro da Igreja.

O rádio também foi “meu educador”. Por ele, comecei a ouvir sobre o Concílio do Vaticano II, que falava

da vida d’gente; assisti/ouvi as primeiras novelas, ouvi músicas que mesclavam nossas vidas. À noite, enquanto, à luz do candeeiro, com meus irmãos, fazíamos as tarefas escolares, minha mãe colocava o bebê para dormir ouvindo rádio. Ao terminarmos, todos íamos com ela, quebrar capote de mamona - meu pai, neste horário, estava fora de casa, ou na caça, ou, bebendo uma cachaça. Vivíamos do dinheiro da mamona. O milho, o feijão, mandioca e outros plantios eram para consumo e para trocas - vendíamos, somente para servir um vizinho ou, em grandes necessidades. Enquanto quebrávamos capote, à noite, com o rádio ligado, minha mãe, ao terminar a música, recontava a história, a letra e tecia comentários. Às vezes, eram histórias trágicas, como a do menino da porteira, mas sempre ela tirava a lição de vida conosco.

Tenho marcas profundas das devoções populares, dos festejos dos santos; das rezas por chuva que envolviam trocas e roubo<sup>4</sup> de santos; das rezas para curar a gente, pura expressão de querer bem, por parte de nossas rezadeiras(os); até as velações (velórios) varando noite inteira: fazendo o caixão e a roupa do morto, enquanto, um grupo fazia café e outro rezava, diante de um altar cheio de imagens, e outros, sobretudo os homens, ao redor do fogo bebiam cachaça, outros iam abrir a sepultura. Morrer era trabalhoso. Era um mutirão de choro e solidariedade!

<sup>4</sup> O santo era devolvido quando chovia, em caminhada, muita oração até à casa dos donos. Acreditava-se que, quanto mais a dona/o do santo sentisse pelo roubo, maior a possibilidade do milagre da chuva. A minha vó chorava muito de saudade de Nossa Senhora do Carmo, quando lhe era roubada. Por isso, todo ano, passava por esta penitência.

Esta solidariedade era semelhante na doença, nos partos, nas festas que sempre eram de muita comida, biscoitos e ornamentações. Em tudo isto havia um protagonismo forte das mulheres. Ainda há muito destas coisas na comunidade de meu lugar. Ainda continuo lá, na relação com minha parentela, comunitários, afilhados/as, comadres e compadres. Saí dali, aos 17 anos de idade. A vida era tão intensa! Parece que vivi lá até os 30 anos. Após este período, construí meu caminho na Congregação das Irmãs da Divina Providência, no engajamento pastoral-social em diversos lugares, sem perder o vínculo com o lugar de minhas raízes, do meu primeiro engajamento social-missionário, almejando fazer do mundo um lugar bom de viver. Continuo “buscando sem ter sossego, o Reino que vislumbrei”. Meu engajamento tem passado pelas Pastorais Sociais, (Pastoral da Juventude, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Cáritas); CEBs.

Ao longo deste tempo, estive/estou próxima, ou dentro, ou junto, com movimentos sociais como: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST, Articulação do Semiárido/ASA; Economia Popular Solidária; Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil/MPP; Assembleias populares...

Desde 2009, estou como agente pastoral do Conselho Pastoral dos Pescadores/PPP, nas terras do Velho Chico, Norte de Minas Gerais, numa série de lutas em defesa do rio São Francisco, da pesca artesanal, dos territórios tradicionais

pesqueiros e vazanteiros, no apoio às comunidades tradicionais quilombolas, pesqueiras, vazanteiras, em enfrentamento aos agentes causadores de conflitos e de violação de direitos, sendo os principais deles, os fazendeiros da região, grileiros de terras públicas da União. Às vezes, estes agentes, são do próprio Estado, na esfera federal, estadual e municipal.

Por estas andanças, passando pela academia, cursei Ciências Religiosas pela Pontifícia Universidade Católica/PUC de Curitiba, Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, especialização em projetos sociais pela UNIGRANRIO, e agora, em Direito Agrário, pela Universidade Federal de Goiás/UFG.

Sigo nas labutas por “um outro mundo possível”, observando as travessias, já que, “o real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia...”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 20ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.